comunica@repam.net +55 92 9308-2228

Nº3 / 23 DE AGOSTO

BOLETIM
IV ESCOLA DE DIREITOS HUMANOS

ESCUELA DE DDHH DA REPAM CENTRA SUA TERCEIRA SEMANA NA DOCUMENTAÇÃO DE CASOS

O advogado **Eduardo Vega**, Decano da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Antonio Ruiz de Montoya, ex-Defensor do Povo e ex-Ministro da Justiça do Peru, e **Alcides Vadillo**, Diretor da regional Oriente da Fundación Tierra da Bolívia, foram os facilitadores que compartilharam suas experiências em relação à utilização de instrumentos para o uso, a coleta e a geração de provas documentais voltadas a processos de incidência em organismos nacionais e internacionais.

Destacou-se a importância de utilizar imagens, testemunhos, gravações de áudio e vídeo para documentar os casos. No entanto, foi enfatizado que essas informações devem estar respaldadas por perícias técnicas, ou seja, verificações realizadas por especialistas nas áreas correspondentes. Dessa forma, o que é expresso em um áudio ou vídeo é confirmado por meio de provas adicionais. “Por exemplo, se for dito que a água está contaminada, isso deve ser complementado com análises laboratoriais da água.”

PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NAS PERÍCIAS

Em todos os países existem instituições estatais responsáveis por realizar perícias ou investigações técnicas, conduzidas por especialistas em diversas áreas. A esse respeito, o especialista explicou: *"Para garantir que essa perícia seja bem feita, as instituições têm a obrigação de promover a participação das comunidades, por exemplo, desde a coleta das amostras e em toda a cadeia de custódia dessa amostra, até a chegada aos laboratórios. A comunidade tem o direito de solicitar uma segunda perícia, caso haja dúvidas sobre os resultados."*

Ao longo da semana, os participantes realizaram exercícios práticos que lhes permitiram aprender a documentar seus casos por meio de diversos recursos: atas de assembleias comunitárias, artigos de imprensa, testemunhos, fotografias, vídeos, títulos de propriedade, resoluções jurídicas e outros documentos de apoio.

Por que é necessário documentar os casos?

A documentação é uma ferramenta essencial para proteger a **Memória Coletiva,** evitando que os fatos sejam negados ou distorcidos e garantindo que as futuras gerações mantenham viva a luta dos povos indígenas por seus direitos.

Os testemunhos, documentos e perícias se transformam em **provas legais** que permitem sustentar denúncias perante tribunais, ministérios públicos e organismos internacionais de direitos humanos.

Além disso, os documentos e evidências coletadas constituem um **instrumento político e de comunicação**. Registrar as violações de direitos contribui para dar visibilidade às injustiças na mídia tradicional, nas redes sociais e nas plataformas digitais, conseguindo assim captar a atenção da opinião pública e fortalecendo a capacidade de negociação das comunidades.

Por fim, a documentação é também uma **forma de proteção** para líderes, comunidades indígenas, camponesas ou afrodescendentes que se atrevem a denunciar. Esses registros permitem demonstrar padrões de violência e abusos que exigem medidas urgentes, e colocam toda a sociedade ao lado dos povos em sua legítima defesa da vida e da dignidade.

SENTENÇA CONSTITUCIONAL DE RESTITUIÇÃO DAS TERRAS ANCESTRAIS DO POVO TSIMANÉ DO SETOR YACUMA NA BOLÍVIA

Um grupo de comunidades indígenas Tsimané, na Bolívia, obteve uma Sentença Constitucional histórica que obriga o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) a restituir seus territórios e anular a entrega irregular de terras a terceiros. O Tribunal Constitucional, por meio da Sentença 0935/2024-S3, reconheceu os direitos fundamentais desse povo — respaldados pela Constituição, por convenções internacionais e pela Lei 450 — e anulou 19 resoluções que beneficiavam assentamentos de colonos no Beni.

Esse resultado foi possível graças à documentação sistemática das violações sofridas, por meio de entrevistas, fotografias e mapas, que serviram como provas na denúncia contra o INRA. A religiosa carmelita Gladis Montecinos foi a primeira a alertar sobre a grave situação desse povo nômade e vulnerável, enquanto a Fundación Tierra acompanhou de perto o processo até alcançar esse importante reconhecimento legal, atualmente em fase de cumprimento.

VISITAS E UMA AVALIAÇÃO ENCERRARAM A TERCEIRA SEMANA DA IV ESCOLA

O secretário executivo da REPAM, Ir. João Gutemberg, acompanhou presencialmente a Escola de Direitos Humanos e destacou que esta quarta edição reúne e enriquece experiências anteriores para formar líderes capazes de denunciar e defender seus territórios em diferentes níveis. Em uma de suas intervenções, animou o espaço de espiritualidade inspirado na encíclica Laudato Si'.

Além disso, monsenhor René Leigue, durante sua visita à Escola, incentivou os participantes a compartilharem o que aprenderam em suas comunidades. Por sua vez, Juan Carlos Núñez, da Fundação Jubileo, ressaltou a importância de fortalecer a formação dos povos indígenas diante da crise econômica e do avanço do extrativismo.

Um dos momentos mais emocionantes foi o agradecimento dos participantes ao facilitador Eduardo Vega, pela sua generosidade e pela riqueza de sua experiência. A semana terminou com uma avaliação dos aprendizados, conduzida por Lilí Calderón, coordenadora da Escola de Direitos Humanos da REPAM.

ESPAÇOS DE ESPIRITUALIDADE (MÍSTICA)

Durante um momento de mística, foi realizada uma reflexão inspirada na espiritualidade inaciana, centrada no valor do silêncio como caminho para conectar-se com a natureza e ouvir o que Deus deseja comunicar a cada pessoa. Em meio às árvores, os participantes encontraram perguntas que os convidaram ao discernimento e à reflexão: Como me sinto ao conhecer as problemáticas dos meus companheiros? De que maneira cuido daqueles que fazem parte desta Escola de DDHH? Eu me reconheço como parte da Mãe Natureza?

Após uma caminhada, surgiram pensamentos sobre o propósito de vida e o compromisso assumido na defesa da Casa Comum. Os membros da Escola, mesmo estando longe de suas famílias e comunidades, compartilharam que na REPAM descobriram uma nova família, um espaço de acompanhamento e fraternidade. “O que nos faz diferentes é ver a vida a partir da nossa fé, processos de luta e compromisso”, expressou um dos participantes.